



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Dispensado Licenc. Ambiental	11030000043/20	14/02/2020 07:11:32	NUCLEO PATOS DE MINAS

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

2.1 Nome: 00345406-3 / NICOLAU FONSECA FERNANDES		2.2 CPF/CNPJ: 365.863.156-20	
2.3 Endereço: FAZENDA ONÇA, S/N, 0		2.4 Bairro: ZONA RURAL	
2.5 Município: PRESIDENTE OLEGARIO		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 38.750-000
2.8 Telefone(s):		2.9 E-mail:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

3.1 Nome: 00345406-3 / NICOLAU FONSECA FERNANDES		3.2 CPF/CNPJ: 365.863.156-20	
3.3 Endereço: FAZENDA ONÇA, S/N, 0		3.4 Bairro: ZONA RURAL	
3.5 Município: PRESIDENTE OLEGARIO		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 38.750-000
3.8 Telefone(s):		3.9 E-mail:	

4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

4.1 Denominação: Fazenda Onca, Lugar Boa Vista				4.2 Área Total (ha): 24,7661	
4.3 Município/Distrito: PRESIDENTE OLEGARIO				4.4 INCRA (CCIR):	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis:		26336	Livro: 2 BS	Folha: 160	Comarca: PRESIDENTE OLEGARIO
4.6 Coordenada Plana (UTM)		X(6): 328.454		Datum: SIRGAS 2000	
		Y(7): 7.967.955		Fuso: 23K	

5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL

5.1 Bacia hidrográfica: rio Paranaíba	
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)	
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11).	
5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).	
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 39,54% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.	
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)	
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel	Área (ha)
Cerrado	24,7661
Total	24,7661
5.8 Uso do solo do imóvel	Área (ha)
Pecuária	10,7601
Nativa - sem exploração econômica	10,5407
Infra-estrutura	0,4419
Outros	3,0234
Total	24,7661

5.9 Regularização da Reserva Legal – RL				
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)				Área (ha)
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				4,6461
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		
		Outro:		
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção REQUERIDA		Quantidade	Unidade	
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca		0,1600	ha	
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO		Quantidade	Unidade	
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca		0,1600	ha	
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
7.1 Bioma/Transição entre biomas				Área (ha)
Cerrado				0,1600
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias				Área (ha)
Cerrado				0,1600
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoc	SIRGAS 2000	23K	328.500	7.968.000
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
9.1 Uso proposto	Especificação			Área (ha)
Infra-estrutura				0,1600
Total				0,1600
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade	
LENHA FLORESTA NATIVA		4,90	M3	
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:		10.2.2 Diâmetro(m):		10.2.3 Altura(m):
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):				(dias)
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade:Alta.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

1- Histórico:

Data da formalização: 13/02/2020

Data da solicitação de informações complementares: 29/04/2020

Data do recebimento de informações complementares: 25/05/2020

Data da solicitação de informações complementares (fatos novos): 29/05/2020

Data do recebimento de informações complementares (fatos novos): 01/06/2020

Data da vistoria: 29/05/2020

Data da emissão do parecer técnico: 03/06/2020

2- Vistoriante

- Matheus Tolentino Ferreira - CREA-MG 192624/D
- Engenheiro Ambiental e Sanitarista

3- Objetivo:

É objeto deste parecer analisar a solicitação para a supressão de cobertura vegetal nativa de 0,16 hectares. Pretende-se com esta intervenção requerida a instalação de uma infraestrutura para uma associação de produtores rurais municipal.

4- Caracterização do empreendimento:

No dia 29 de maio de 2020 foi realizada a visita técnica na Fazenda Onça, lugar Boa Vista no município de Presidente Olegário - MG, registrada sob as matrículas nº 26.336 Livro: 2-BS e Folha 160 com área total de 24,7661 hectares na matrícula e 21,7426 hectares no levantamento planimétrico, propriedade de Nicolau Fonseca Fernandes. O levantamento topográfico foi realizado pelo Engenheiro Agrônomo Júlio Cesar Moreira Silva CREA-MG 214576/D com ART nº 1420200000005824252.

A topografia do imóvel rural é predominantemente plano-ondulado nas áreas com predominância de vegetação nativas e plano com pontos suave-ondulados nas áreas destinadas ao uso alternativo do solo. Seu solo é tipo latossolo vermelho/amarelo e está inserida no bioma cerrado com fitofisionomia de cerrado típico nas áreas averbadas como reserva legal em matrícula e posteriormente no CAR. A propriedade pertence à bacia hidrográfica do Rio Paranaíba PN 1.

Por levantamento apresentado na planta topográfica do imóvel indicou-se a área de 04.6461 hectares de Preservação Permanente e 5.7477 hectares de Reserva Legal averbada sendo estes valores de acordo com o apresentado no Cadastro Ambiental Rural - CAR.

De acordo com a base de dados do IDE-Sisema do Estado, foi verificado que o imóvel de interesse não está inserido em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade. Em relação ao enquadramento para conservação da integridade fauna é enquadrada como baixa, a integridade da flora como alta e a vulnerabilidade natural como alta. Por análise de campo foi possível definir a realidade local onde o imóvel está inserido, não aplicando impedimentos quanto ao determinado neste parágrafo referente ao apoio dos dados do Zoneamento Ecológico Econômica – ZEE no IDE-Sisema.

5- Cadastro Ambiental Rural – CAR:

O Cadastro Ambiental Rural – CAR do imóvel com registro federal: MG-3153400-EF02.087E.44D9.A0D9.4039.7042.C8D6 foi analisado e verificou-se que as informações prestadas no CAR correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica e análise documental do imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

A se tratar da conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo não foi verificado a existência de cômputo de áreas de preservação permanente com reserva legal, esta última com situação averbada e com o mínimo exigido na Lei Estadual 20.922/13.

6- Da Autorização para Intervenção Ambiental:

No processo nº 1103000043/20 protocolado no Núcleo de Patos de Minas foi requerido a supressão de cobertura vegetal nativa com área de 0,16 hectares com finalidade de instalação de uma infraestrutura para uma associação de produtores rurais municipal.

A valer da situação atual de pandemia afetada pelo COVID-19 foi apresentado a declaração do empreendedor a respeito dos procedimentos a serem tomados com base na Resolução Conjunta SEMAD, IEF, IGAM e FEAM nº 2.959/20 com medidas de proteção ao servidor público.

Foi apresentado o documento de protocolo da Dispensa de Licenciamento Ambiental com solicitação nº 202.01.01.003.0001997 para as atividades do empreendimento de acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217/17.

Como estabelecido na documentação exigida na Resolução Conjunta IEF/SEMAD 1.905 foi, também, apresentado o Plano Simplificado de Utilização Pretendida – PSUP para as intervenções requeridas com supressão de vegetação nativa em área inferior a 10 hectares.

O Plano Simplificado de Utilização Pretendida - PSUP está de acordo com o estabelecido na Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1905/13 no inciso I do art 9º, para intervenção com supressão de vegetação nativa em área inferior a 10 hectares.

A área requerida para supressão de vegetação nativa não se encontra em área de uso restrito do solo com declividade entre 25º e 45º, não sendo vedada a conversão dessa área como uso alternativo do solo de acordo com o parágrafo único do art. 54 da Lei 20.922/13.

O imóvel não possui áreas abandonadas ou não efetivamente utilizadas o que impediria a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo de acordo com o previsto na Lei 22.922/23 no art. 68º. As áreas de uso antrópico consolidado do imóvel são ocupadas por silvicultura ou sendo preparadas para implantação de culturas irrigadas.

Observou-se, também, que as áreas de vegetação nativa propostas como reserva legal do imóvel possuem características iguais ou superiores a área de intervenção ambiental requerida para supressão de cobertura vegetal nativa, não havendo divergência com o ganho ambiental.

A área requerida para a intervenção ambiental com supressão de cobertura vegetal nativa é coberta por cerrado sensu stricto com espécies de médio porte com existência de cursos de água com largura inferiores a 10 metros.

Na área de supressão de cobertura vegetal nativa não foi observado espécimes ameaçadas de extinção constantes da Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção ou da Lista Oficial do Estado de Minas Gerais de acordo com o art. 26º do Decreto 74.749/19 devendo o requerente estar ciente desta vedação.

A intervenção ambiental para a supressão de vegetal nativa em área inferior a 10 há não possui impedimentos quanto a legalidade de reserva legal de acordo com a Lei Estadual 20.922/13 no art. 25º e demais vedações para autorização do uso alternativo do solo no Decreto 47.749/19 no art. 38º.

Não foram encontradas outras restrições técnicas ou jurídicas para esta proposta de intervenção ambiental.

7- Do rendimento lenhoso

O rendimento lenhoso requerido e não aprovado referente a supressão de cobertura vegetal nativa em 0,16 hectares foi de 1 m³ de lenha, alterando-se para o volume estimado de 4,90 m³ de lenha de acordo com a rendimento estimado no código 302 do Decreto Estadual 47.837/18.

8- Conclusão:

Diante do exposto somos favoráveis a liberação das intervenções requeridas, visto que o seguinte processo possui suficiência de informações para esta intervenção, além da análise in loco do que foi apresentado. Fica em responsabilidade do responsável e/ou proprietário as medidas mitigadoras e de manutenção exigidas pela Lei Estadual 20.922/13 referentes à Reserva Legal e APP.

Obs: Os proprietários e posseiros rurais deverão retificar e atualizar as informações declaradas no CAR quando houver solicitação do órgão ambiental competente ou diante de alteração de natureza dominial ou possessória, devendo essa alteração ser aprovada/homologada pelo órgão ambiental competente.

9- Validade

Prazo de validade sugerido para o Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental (DAIA) de 36 meses.

MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

- Conservar as áreas de APP e de Reserva Legal existentes no imóvel;
- Recuperar as faixas obrigatórias de APP em cursos de água de acordo com o estabelecido no Art. 16, § 4º da Lei 20.922/13;
- Não suprimir espécimes nativos ameaçados de extinção ou constante da lista oficial de Minas Gerais na área de cobertura vegetal nativa autoriza, caso existam;
- Devolver o DAIA ao final da intervenção autorizada ou da sua validade;
- O não cumprimento das condicionantes expostas acima acarretará em autuação, nos moldes do Decreto Estadual 47.383/18.

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

MATHEUS TOLENTINO FERREIRA - MASP:

14. DATA DA VISTORIA

sexta-feira, 29 de maio de 2020

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

Processo Administrativo nº: 11030000043/20

Requerente: NICOLAU FONSECA FERNANDES

Ref.: Supressão de Vegetação Nativa com Destoca

CONTROLE PROCESSUAL

I. Relatório:

1 - Dispõe o presente sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA), conforme consta nos autos, para SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA COM DESTOCA em 0,1600 hectare no imóvel rural denominado "Fazenda Onça", localizado no município de Presidente Olegário, matrícula nº 26.336 no Cartório de Registro de Imóveis da mesma Comarca.

2 - A propriedade possui área total de 21,7557 ha, possuindo RESERVA LEGAL equivalente a 9,8024 ha segundo informações do CAR. Mister destacar que as informações constantes no CAR foram devidamente confirmadas e aprovadas pelo técnico vistoriador, que constatou também que a reserva legal se encontra bem preservada.

3 - A intervenção ambiental requerida tem como objetivo a instalação de uma infraestrutura para uma associação de produtores rurais, conforme descrito no Parecer Técnico, adequando-se a propriedade a sua função social, em observância ao inciso XXII, do art. 5º, da CF/88.

4 - Ademais, segundo o Parecer Técnico, consta dos autos do processo SEI um protocolo de Declaração de Dispensa, constatando ser o empreendimento não passível de licenciamento ambiental nem de autorização ambiental para funcionamento pelo ente federativo, conforme DN COPAM nº 217/2017, ressaltando-se que tais informações são de inteira responsabilidade do empreendedor e/ou de seu representante legal.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, estando todos os documentos anexados aos autos. É o breve relatório.

II. Análise Jurídica:

6 - A supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo inicialmente é prevista pela Lei Federal nº 12.651/12, estando disciplinada especificamente nos arts. 26 e seguintes, e Decreto Estadual nº 47.749/2019 em seu art. 3º, inciso I.

7 - No mesmo sentido e atendendo aos termos da parte final do art. 26 da aludida Lei Federal, tem-se o art. 20 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905/2013, dispondo que:

Art. 20 - As áreas revestidas com quaisquer tipologias vegetais nativas, primárias ou secundárias em estágios médio ou avançado de regeneração podem ser suscetíveis de corte, supressão e exploração nos termos da legislação vigente, mediante apresentação, dentre outros documentos, de Plano de Manejo Florestal Sustentado, Plano de Manejo Florestal Simplificado ou Plano de Manejo Florestal Simplificado em Faixas.

§1º O disposto neste artigo não se aplica aos biomas especialmente protegidos que obedeçam a regime jurídico específico para corte, supressão e exploração de vegetação.

§2º O Plano de Manejo Florestal será analisado, vistoriado e monitorado pelo Núcleo de Apoio Regional de Patrocínio.

§3º A análise do inventário florestal contido no Plano de Manejo Florestal será precedida de vistoria técnica, com a conferência de no mínimo 10% (dez por cento) das parcelas e no mínimo 03 (três) parcelas por estrato de amostragem definidos no inventário florestal, para efeito de cálculo do volume e análise estatística das estimativas. (grifo nosso)

8 - Desta feita, tem-se que o presente pedido de autorização para intervenção ambiental encontra-se respaldado no art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019 e caput do art. 20 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905/2013, tendo sido cumpridas todas as exigências legais e administrativas necessárias à sua análise.

9 - Ainda, mister salientar que a intervenção requerida não se enquadra no disposto pelo §1º, do art. 20, da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905/2013, nem, tampouco, está acobertada pelo art. 68 da Lei Estadual nº 20.922/2013, e que a área não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal e outras).

10 - Impende, também, ser ressaltado que, conforme destacado no Parecer Técnico e já asseverado acima, a propriedade possui RESERVA LEGAL devidamente declarada no CAR da propriedade.

11 - Ademais, restou assentado no Parecer Técnico que o imóvel em questão não está inserido em área com prioridade de conservação extrema/especial, de acordo com o IDE-SISEMA, sendo tanto o grau de conservação da flora como a vulnerabilidade natural considerado ALTO.

12 - No tocante ao pedido de supressão, consoante determina o art. 38, § Único, inciso I do Decreto nº 47.892/2020, destaca-se a necessidade do presente processo ser submetido à deliberação e decisão da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba, por intermédio do seu Supervisor.

13 - Insta ressaltar que a inexecução total ou parcial das medidas mitigadoras e compensatórias, ensejará sua remessa ao Ministério Público, para execução das obrigações, sem prejuízo das demais sanções legais, nos termos do art. 7º da Portaria IEF nº 54, de 14 de abril de 2004.

III. Conclusão:

14 - Ante o exposto, considerando que o processo está devidamente instruído e com respaldo no Parecer Técnico acostado aos autos, o Núcleo de Controle Processual da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba, do ponto de vista jurídico e com base no disposto pelos artigos 26 e seguintes da Lei Federal nº 12.651/12, art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019, bem como no caput do art. 20 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905/2013 e art. 68 da Lei Estadual nº 20.922/2013, opina favoravelmente à autorização da intervenção ambiental solicitada, desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada.

15 - Como medidas ecológicas de caráter mitigador e compensatório, o requerente deverá cumprir as medidas e condições estabelecidas no Parecer Técnico, impreterivelmente.

16 - Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, conforme art. 7º do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se à análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal com destoca, através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, o Núcleo de Controle Processual da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

É o parecer.

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

ANDREI RODRIGUES PEREIRA MACHADO - 13686464

17. DATA DO PARECER
sexta-feira, 26 de junho de 2020